

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS E PREFERENCIAIS DE CLASSE "B"  
DA BICICLETAS CALOI S. A.**

Pelo presente instrumento particular, firmado nos termos do artigo 61 da Lei nº 6.404/76, as partes:

- A. Como **EMISSIONA**, e doravante assim designada, **BICICLETAS CALOI S. A.**, com sede na Avenida Guido Caloi nº 1331, Bairro de Santo Amaro, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 56.994.924/0001-05, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social por seus Diretores infra-assinados; e
- B. Como **AGENTE FIDUCIÁRIO**, e doravante assim designado, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta emissão, **SLW - CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.**, com sede na Avenida Arnolfo Azevedo nº 40, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 50.657.675/0001-86, neste ato representada na forma do seu Contrato Social por seus representantes infra-assinados;

vêm celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures, conforme as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO**

A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 1995, bem como na deliberação da Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de agosto de 1995, cujas respectivas Atas foram devidamente arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob os Nos. 143.780/95 e 143.779/95, ambas em 01.09.1995, respectivamente, e publicadas nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, e Diário do Comércio & Indústria - DCI.

**CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS**

São observados os seguintes requisitos, na emissão de debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais de classe "B", de emissão da **BICICLETAS CALOI S. A.**:

- Registro na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nºs 6.385/75 e 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Registro da presente Escritura de Emissão no 11º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo.

### CLÁUSULA III - DA EMISSÃO

**III.1. Colocação e Subscrição:** Lançamento público de 30.000 (trinta mil) debêntures, com garantia firme de subscrição e participação de instituições financeiras habilitadas a operar no mercado de capitais. O contrato para este fim assinado com a EMISSORA instruirá o pedido de registro de emissão junto à CVM.

**III.2. Valor da Emissão:** o valor total da emissão será de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

**III.2.1. Finalidade da Emissão:** reforço do capital de giro.

**III.3. Séries e Tipo:** A presente emissão será constituída de duas séries, sendo: a) 1ª (primeira) série, constituída de 10.508 debêntures conversíveis em ações ordinárias; e b) 2ª (segunda) série, constituída de 19.492 debêntures conversíveis em ações preferenciais de classe "B".

**III.3.1.** As características da presente emissão serão comuns às debêntures de ambas as séries, exceto quando expressamente previsto de forma diversa na presente Escritura, inclusive quanto à conversibilidade das debêntures, em ações ordinárias ou preferenciais, conforme retro estipulado.

**III.4. Valor Nominal:** As debêntures terão o valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

**III.4.1. Atualização Monetária:** As debêntures terão o seu valor nominal atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, segundo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**III.4.1.1.** Caso não seja mais vedado e/ou passe a ser permitida expressamente a atualização monetária das obrigações mediante utilização do INPC em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma aplicável, independentemente de qualquer outra formalidade ou ajuste à presente escritura, sendo certo que a atualização passará a incidir no menor período permitido.

**III.4.1.2.** Na hipótese de extinção do referido indexador, ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotar-se-á, em seu lugar, outro que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no tempo, aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas que será convocada em tempo hábil, observado o disposto na legislação em vigor.



*Escritura de Emissão de Debêntures/2*



**III.4.1.3.** Na hipótese de atraso na divulgação do INPC, ou, ainda, em caso de sua indisponibilidade em eventos, excetuando-se a subscrição, tais como, aquisição facultativa, amortizações programadas, vencimento antecipado das debêntures ou, ainda, no pagamento dos juros remuneratórios, o valor a ser pago será calculado em base no último INPC disponível, calculado na forma "*pro rata die*".

**III.4.1.4.** Na hipótese da não divulgação do INPC, ou no caso de sua indisponibilidade por prazo superior a 30 (trinta) dias será utilizado o índice estipulado para cálculo do prêmio, não cabendo, quando da divulgação do índice original, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da **EMISSORA**, passando, a partir da sua divulgação, a ser novamente utilizado como índice de remuneração das debêntures.

**III.5. Forma:** As debêntures terão a forma escritural, mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, no Banco Itaú S.A., obedecidas as prescrições legais e complementares.

**III.5.1.** Se ocorrer substituição da instituição designada para manter as debêntures sob a forma escritural, tal substituição deverá ser comunicada pela **EMISSORA**, na forma prevista na cláusula III.20 abaixo, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data em que os serviços de debêntures escriturais passarem a ser prestados por outra instituição.


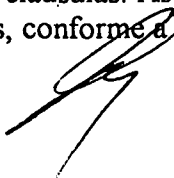
**III.5.2** A instituição poderá cobrar dos debenturistas o custo de transferência de propriedade, observados os limites legais e regulamentares.

**III.6. Espécie:** com garantia flutuante.

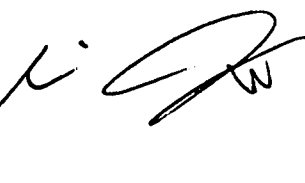

**III.7. Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, especialmente contagem dos prazos de vencimento, amortizações programadas, vencimento de juros, e preço de subscrição, a data de emissão das debêntures de ambas as séries será 01.08.1995.

**III.8. Prazo e Data de Vencimento:** O prazo final das debêntures de cada série será de 5 (cinco) anos, a contar da respectiva data de emissão, vencendo-se, portanto, todas elas em 01.08.2000.

**III.9. Amortizações programadas:** As amortizações serão sempre pelo valor nominal da debênture, atualizado monetariamente, nos termos previstos na cláusula III.4.1 acima e respectivas sub-cláusulas. As debêntures de ambas as séries em circulação serão amortizadas em 3 (três) parcelas, conforme a seguinte programação:



Escritura de Emissão de Debêntures/3



<b>Datas</b>	<b>Parcela de Amortização do Valor Nominal Atualizado</b>	<b>Valor da Amortização do Valor Nominal na Data da Emissão (R\$)</b>
01.08.1998	30%	300,00
01.08.1999	30.%	300,00
01.08.2000	40%	400,00

**III.9.1.** Sobre o valor nominal atualizado das parcelas a serem amortizadas incidirá o prêmio previsto na cláusula III.15 a seguir.

**III.9.2.** A EMISSORA fará publicar aviso na forma da cláusula III.20 infra, com antecedência de 30 (trinta) dias das datas fixadas neste item, indicando local e hora das amortizações.

**III.10. Preço de Subscrição:** Será o valor correspondente ao valor nominal da debênture, atualizado "*pro-rata temporis*" pelo INPC, mais 12% (doze por cento) ao ano, desde a data da emissão até a data da efetiva subscrição e integralização, de acordo com o previsto nas cláusulas III.4.1 e III.12, e respectivas sub-cláusulas.

**III.11. Forma de Integralização:** O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, sem ágio ou deságio.

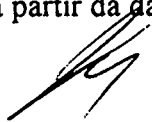
**III.12. Juros Remuneratórios:** As debêntures serão remuneradas, a partir da data da emissão, com juros de 12% (doze por cento) ao ano, computados com base em 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, e pagos, anualmente, sempre no primeiro dia do mês de agosto de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01.08.1996 e o último em 01.08.2000, data do vencimento das debêntures.

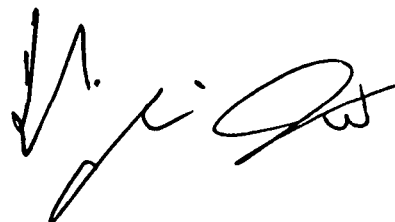
**III.12.1)** A EMISSORA pagará "*pro-rata temporis*" os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: por ocasião do primeiro pagamento de juros, nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações, aquisições facultativas e vencimento antecipado.

**III.13. Aquisição, Venda e Cancelamento:** A EMISSORA poderá a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, advindas desta emissão, por preço não superior ao seu valor nominal, atualizado monetariamente, e acrescido dos juros remuneratórios, e prêmio, nos respectivos termos previstos nas cláusulas III.4.1, III.12 e III.15, e suas respectivas sub-cláusulas, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

**III.13.1.** As debêntures adquiridas pela EMISSORA poderão, a qualquer tempo, ser canceladas, mantidas em tesouraria ou vendidas a terceiros.

**III.14. Conversibilidade em Ações:** As debêntures de cada série poderão ser convertidas em ações, conforme a série, ordinárias ou preferenciais de classe "B", do capital social da EMISSORA, a partir da data da emissão das debêntures.





**III.14.1.** A quantidade de ações ordinárias e preferenciais oriundas da conversão de uma debênture será de acordo com o seguinte cronograma:

PERÍODO	QUANTIDADE DE AÇÕES
de 01.08.95 a 31.10.1996	400.000
de 01.11.96 a 31.03.1998	320.000
de 01.04.98 a 31.07.1998	256.000
de 01.08.98 a 31.07.1999	205.000
de 01.08.99 a 31.07.2000	164.000

**III.14.2.** O número de ações decorrentes da conversão das debêntures mencionadas na sub-cláusula anterior será ajustado em relação a desdobramentos, grupamentos e bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data da emissão, sem quaisquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

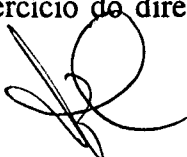
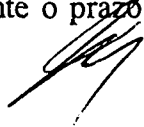
**III.14.3.** No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da Sede da **EMISSORA** no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6.404, de 15.12.76 e no Estatuto Social da **EMISSORA**.

**III.14.4.** As ações objeto da conversação terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais negociadas em Bolsas de Valores à época da conversão e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data da solicitação de conversão pelo debenturista.

**III.14.5.** Sempre que a **EMISSORA** aumentar seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da **EMISSORA**, ou no prazo do eventual direito de prioridade, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do direito de prioridade, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do primeiro Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, os debenturistas (a seu critério) terão o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para a subscrição das novas ações.

**III.14.6.** Até o vencimento final da presente emissão caso a Assembléia Geral da **EMISSORA** delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão o direito (a seu critério) de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para as conversões das novas emissões.

**III.14.7.** Na hipótese de a Assembléia Geral da **EMISSORA** deliberar emitir bônus de subscrição, durante o prazo do exercício do direito de subscrição de ações, os debenturistas



Escritura de Emissão de Debêntures/5

terão o direito (a seu critério) de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício de bônus de subscrição.

**III.14.8.** As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nas sub-cláusulas 5, 6 e 7 da presente cláusula III.14 serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo ser valor nominal atualizado monetariamente de acordo com o previsto na cláusula III.4.1 e respectivas sub-cláusulas.

**III.14.9.** As ações ordinárias e preferenciais decorrentes da conversão das debêntures, objeto da presente emissão, farão jus: (i) às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista; e (ii) aos dividendos integrais do exercício em que forem convertidas.

**III.14.10.** Para todos os efeitos considerar-se-á como data da efetiva conversão aquela em que o debenturista entregar a sua solicitação por escrito para tal fim à **EMISSORA**.

**III.15. Prêmio:** As debêntures farão jus a um prêmio, a ser pago nas mesmas datas de vencimento antecipado, aquisição facultativa e/ou amortização programada das debêntures, nos termos previstos nas cláusulas VI, III.13 e III.9 da presente Escritura, incidente a partir da data da emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte cláusula:

$$P_n = (VN \times CM) - VNA$$

onde:

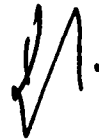
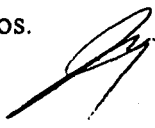
**PN =** Prêmio "n", expresso em reais, a ser pago por debênture em conjunto com as aquisições facultativas, vencimento antecipado e amortização programada;

**VN =** Valor Nominal na data de emissão, ou seja R\$ 1.000,00;

**CM =** A taxa ANBID, reduzida de 2% a.a. ou a Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil no 1º (primeiro) dia útil do período de sua vigência, regulamentada pela Resolução nº 2.121 de 30.11.94 do BACEN, acrescida de 12% a.a., o que for maior;

**VNA =** VN atualizado monetariamente, na forma da cláusula III.4.1 e respectivas sub-cláusulas, até a data do pagamento do prêmio, acrescido dos juros remuneratórios, nos termos previstos na cláusula III.12, e respectivas sub-cláusulas.

**III.15.1.** Na hipótese de conversão das debêntures, deixarão de ser devidos os respectivos prêmios vincendos.



**III.16. Decadência de direitos:** As debêntures, após o seu vencimento, não mais vencerão juros ou quaisquer outros rendimentos, assegurados os direitos adquiridos até as respectivas datas de vencimento.

**III.17. Pagamentos:** Os pagamento relativos ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures de cada série serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou, ainda, em instituição financeira, contratada para este fim pela **EMISSORA**.

**III.18. Impontualidade:** Ocorrendo impontualidade da **EMISSORA** no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que for devido, a taxa de juros será elevada à taxa de 1% (hum por cento) ao mês, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização desta obrigação, e incidentes sobre as parcelas não pagas, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extra-judicial, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures, na forma da cláusula VI infra.

**III.19. Prorrogação dos Prazos:** Todo vencimento de obrigações, que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive os bancários, será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculos dos encargos decorrentes da presente emissão.

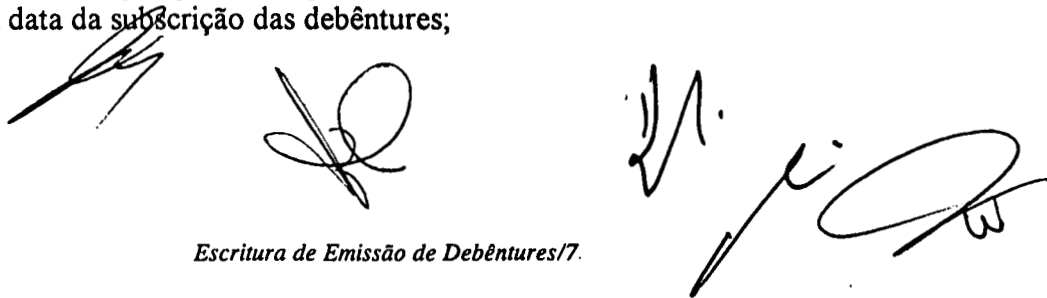
**III.20. Publicidade:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente veiculados, na forma de avisos, dentro dos prazos previstos na escritura, publicados nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do Comércio & Indústria - DCI, ou em outro jornal de grande circulação que vier expressamente a ser indicado, com observância do disposto no artigo 289 da Lei nº 6404/76;

**III.21. Fundo de Sustentação:** Não está prevista a constituição de fundo de sustentação para a emissão de debêntures de que trata o presente instrumento.

#### **CLÁUSULA IV - OBRIGAÇÕES DA EMISSORA**

**IV.1.** Salvo se o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por escrito e em cada caso concreto, diante de circunstâncias relevantes, dispensar a **EMISSORA** do cumprimento de qualquer das obrigações que se seguem, ou autorizar o seu cumprimento de forma diferente, a **EMISSORA**, enquanto houver debêntures em circulação, é obrigada, especialmente, a:

- a) fornecer os recibos de depósito das debêntures escriturais na instituição referida na cláusula III.5, sem qualquer ônus para os subscritores, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a data da subscrição das debêntures;



*Escritura de Emissão de Debêntures/7.*

- b) manter adequada escrituração contábil e outros registros, que reflitam, fielmente, a situação financeira da **EMISSORA** e o resultado de suas operações, em conformidade com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e consistentemente aplicados;
- c) fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, dentro de 90 (noventa) dias após a data fixada para o levantamento de balanços de cada semestre e de cada exercício, cópias das demonstrações financeiras relativas ao semestre e/ou exercício findo, devidamente auditadas por firma de auditores independentes;
- d) dar conhecimento ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, dentro de 10 (dez) dias da ocorrência de qualquer ato ou acontecimento que possa, direta ou indiretamente, acarretar a mora dos pagamentos devidos aos debenturistas, informando, ainda, as medidas tomadas ou previstas para dirimir seus efeitos;
- e) remeter ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** cópia de todas as informações e documentos encaminhados à Comissão de Valores Mobiliários - CVM para atualização do registro de **EMISSORA** aberta, no mesmo prazo fixado para cumprimento desta obrigação junto àquela Comissão;
- f) notificar imediatamente ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** de qualquer deliberação social que implique na interrupção ou suspensão de suas atividades;
- g) efetuar o correto pagamento, em seu tempo devido, de todas as suas dívidas, tributos ou obrigações legalmente impostas, ressalvadas aquelas de boa fé contestadas pela **EMISSORA**, através dos apropriados procedimentos legais ou administrativos, e para cujo pagamento tenham sido constituídas as provisões adequadas;
- h) permitir que o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, por si ou por representante legalmente habilitado, visite qualquer de suas dependências, bem como fornecer-lhe todos os elementos dos quais esse venha a necessitar para o exercício de suas funções, sendo que os dados de interesse para a elaboração do relatório anual a que se refere a cláusula v.4, item b, abaixo, deverão lhe ser entregues até 30 (trinta) dias antes do prazo final de 4 (quatro) meses, previsto naquele inciso;
- i) promover todos os arquivamentos, inscrições, registros, averbações e publicações, no tempo e conforme devidos, dos documentos constitutivos ou de interesse desta emissão;
- j) ressarcir ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que o mesmo tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas e para realizar seus créditos. O ressarcimento a que se refere esse item será efetuado dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias, contados da entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas. Essas despesas compreenderão, inclusive: publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura e, outras que vierem a ser, eventualmente, exigidas através de regulamentação aplicável; extração de certidões; e locomoção entre os Estados da Federação e respectivas hospedagens quando necessário ao desempenho das funções.



- k) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou qualquer outra participação estatutária em lucros se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora relativamente ao pagamento de juros e/ou principal das debêntures objeto do presente instrumento;
- l) manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituição financeira autorizada para que preste esse serviço.

## CLÁUSULA V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

**V.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, inciso III da Lei nº 6.404/76 para exercer a função que lhe é conferida. A **EMISSORA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO**, que impeça a esse de exercer suas funções plenamente nesta emissão;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) aceitar integralmente a presente escritura, em todas as suas cláusulas e condições;

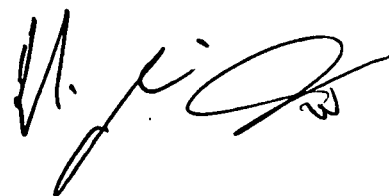
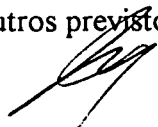
**V.2. Remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO:** Pelo exercício das funções que ora lhe são cometidas, a **EMISSORA** pagará ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** uma remuneração semestral, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), atualizada monetariamente, com observância da legislação em vigor, de acordo com o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), e pagável no dia primeiro dos meses de agosto e fevereiro de cada ano, até o vencimento final das debêntures.

**V.3 O AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá, a qualquer tempo, ser substituído em suas funções por deliberação de debenturistas, reunidos em Assembleia Geral, que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das debêntures em circulação, ou por ato da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

**V.3.1.** Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as suas funções, por motivos supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar, imediatamente, tal fato aos debenturistas, na forma prevista na cláusula III.20 acima, convocando-os para, em Assembleia Geral, deliberarem sobre a nomeação do seu substituto.

**V.3.2.** A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** será formalizada por aditamento a esta Escritura, e comunicada pela **EMISSORA** tanto aos debenturistas, através de aviso publicado na imprensa, na forma da cláusula III.20 acima, bem como à CVM, neste último caso previamente à substituição.

**V.4.** Além de outros previstos em lei, constitui deveres do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:



- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- b) elaborar relatório e colocá-lo anualmente à disposição dos debenturistas, dentro de 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, informando os fatos relevantes ocorridos durante o exercício, relativos à execução das obrigações assumidas pela **EMISSORA** e declarando sua aptidão ou não para continuar no exercício da função;
- c) notificar os debenturistas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sobre inadimplemento, pela **EMISSORA**, das obrigações assumidas na presente escritura;
- d) permanecer no cargo até eventual substituição.

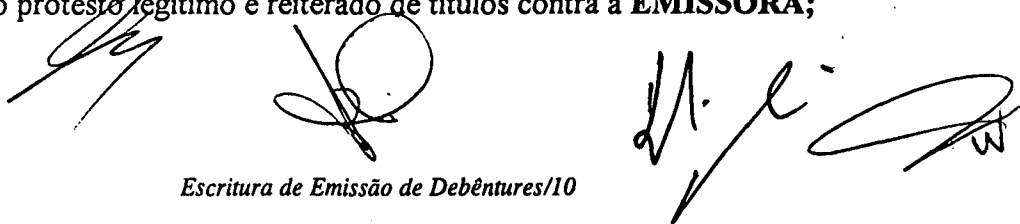
V.5. O comunicado aos debenturistas no sentido de informá-los de que o relatório anual, referido na letra "b" da cláusula anterior, está à disposição, será publicado no prazo máximo previsto no aludido item, na forma da cláusula III.20 acima, correndo as despesas decorrentes por conta da **EMISSORA**;

V.6. A notificação de que trata a letra "c" da cláusula V.4 acima, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á na forma da cláusula III.20 acima, e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas.

#### **CLÁUSULA VI - DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

VI.1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas e exequíveis as debêntures emitidas e todas as obrigações constantes desta escritura e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** da soma total das debêntures em circulação, acrescida de juros, por dias decorridos e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- a) se a **EMISSORA** incorrer em mora no pagamento de quaisquer quantias devidas em decorrência desta escritura;
- b) se a **EMISSORA** deixar de cumprir qualquer das demais obrigações estipuladas nesta escritura e não sanar o inadimplemento daí decorrente no período máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação que lhe tiver sido enviada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**;
- c) se a **EMISSORA** sustar ou interromper suas atividades, ou, ainda, for deliberada a sua dissolução e/ou liquidação;
- d) se for tirado protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;



- e) se a **EMISSORA** requerer concordata preventiva ou for requerida e/ou decretada a sua falência;
- f) se com relação à **EMISSORA** vier a ser deliberada a fusão com ou incorporação por outra pessoa jurídica ou cisão, sem que seja obtida a prévia e expressa concordância dos debenturistas, reunidos em Assembléia;
- g) se ocorrer o vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **EMISSORA** previstas na presente escritura.

**VI.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO** comunicará à **EMISSORA** o vencimento antecipado das debêntures por notificação remetida através do Cartório de Registro de Títulos e Documentos, na qual será estipulado o prazo de 5 (cinco) dias para que a **EMISSORA** chame as debêntures em circulação a resgate, na forma prevista nesta Escritura, mediante avisos publicados por 3 (três) dias consecutivos, na forma prevista na cláusula III.20 acima. Nessa hipótese o pagamento a ser feito compreenderá o saldo credor das debêntures em circulação, acrescido dos rendimentos correspondentes ao período compreendido entre a data em que tiver sido realizado o último pagamento de rendimentos e a data em que se efetivar o crédito das quantias devidas, nos termos desta cláusula, nas contas de registro das debêntures, junto à instituição referida na cláusula III.5 acima.

## **CLÁUSULA VII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS**

**VII.1.** Os titulares das debêntures previstas nesta escritura poderão a qualquer tempo, reunir-se em assembléia especial a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas, aplicando-se, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades Anônimas para a assembléia geral de acionistas.

**VII.2. Convocação:** A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A convocação far-se-á com antecedência mínima de 8 (oito) dias, mediante anúncio publicado por três vezes na forma prevista na cláusula III.20 acima, que deverá conter, além do local, data e hora da assembléia, a ordem do dia, e, no caso de modificação de cláusulas e condições da emissão, a indicação da matéria.

**VII.3. Presidência:** A Presidência da Assembléias caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, ao Diretor Presidente da **EMISSORA**, ao debenturista eleito pelos presentes ou à pessoa que for designada pela CVM.

**VII.4 - Quorum de Instalação:** A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

**VII.5. Legitimação:** As pessoas presentes à assembléia deverão provar sua qualidade de debenturista, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito das debêntures

junto à instituição referida na cláusula III.V acima, em seu nome. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá sempre comparecer à assembléia e prestar aos debenturistas as informações que lhes forem solicitadas.

**VII.6. Deliberações:** Nas deliberações da assembléia, a cada debênture caberá um voto. As deliberações na assembléias serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

**VII.7. Modificação da Escritura:** Qualquer modificação nas cláusulas e condições das debêntures dependerá da aprovação de debenturistas que, reunidos em assembléias geral, representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais uma das debêntures em circulação.

**VII.8.** Fica estabelecido que as deliberações das Assembléias de debenturistas de cada uma das séries desta emissão somente serão aplicáveis às debêntures da respectiva série, cujos debenturistas tenham se reunido em Assembléia.

## VIII. DISPOSIÇÕES FINAIS

**VIII.1** A tolerância pelos debenturistas, ou pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, diante do descumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura, não constituirá precedente nem significará alteração ou novação das cláusulas e condições desta emissão de debêntures, que, por alguma forma libere a EMISSORA de efetivar a prestação devida, conforme o disposto neste instrumento.

## CLÁUSULA IX - DO FORO

**IX.1.** Fica eleito o foro central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura.

Estando assim certos e ajustados, firmam as partes o presente instrumento, em 6 (seis) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas que também assinam.

São Paulo, 08 de setembro de 1995

BAC BICICLETAS CALOI S. A.  
BAC BICICLETAS CALOI S. A.  
SLW CORPORAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA.

### TESTEMUNHAS:

Nome: LAURO SIUTI YONEKURA  
RG nº: 2.479.140 - SP/SP

Nome: Antonio Carlos Bueno Junior  
RG nº: 18915688-0

67100\011escmg.deb

Cartório de Notas do 2º Subdistrito de Santo Amaro  
São Paulo - Capital - José Ayceu Lopes - Tabelião  
Pça. Floriano Peixoto, 422 - 06C. 05.576.766/0001-57  
Reconheço, por semelhança, as firmas de: BRUNO ANTONIO  
CALDI e LAURO SIUTI YONEKURA, as quais conferem com os  
padrões depositados em cartório.  
São Paulo, 08 de setembro de 1995.  
Eu testemunha da verdade.

Assinatura de Emissão de Debêntures/12

Firma 1,40; Proc. 0,00; Total 1,40.